

Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.
São Francisco do Sul - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de São Francisco do Sul SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de São Francisco do Sul SPE S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Não auditamos e nem foram auditadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitiremos opinião sobre elas.

São Paulo, 25 de janeiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2015	2014 (Não auditado)	Passivos	Nota	2015	2014 (Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	218	107	Fornecedores e empreiteiros	9	1.386	2
Aplicações financeiras	5	35.516	1.916	Debêntures	10	880	-
Contas a receber de clientes	6	2.238	-	Obrigações trabalhistas e sociais	11	643	-
Estoques		262	-	Obrigações fiscais		168	-
Adiantamento a fornecedores		68	-	Imposto de renda e contribuição social	17	609	4
Outros créditos		73	5	Dividendos a pagar	12	530	-
Total do ativo circulante		<u>38.375</u>	<u>2.028</u>	Total do passivo circulante		<u>4.216</u>	<u>6</u>
Contas a receber de clientes	6	3	-	Debêntures	10	40.772	-
Total do realizável a longo prazo		<u>3</u>	<u>-</u>	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	7	284	-
Intangível	8	11.141	-	Total do passivo não circulante		<u>41.056</u>	<u>-</u>
Total do ativo não circulante		<u>11.144</u>	<u>-</u>	Patrimônio líquido	12		
Total do ativo		<u>49.519</u>	<u>2.028</u>	Capital social		2.541	2.019
				Reserva de lucros		1.706	3
				Patrimônio líquido		<u>4.247</u>	<u>2.022</u>
				Total do passivo		<u>45.272</u>	<u>6</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>49.519</u>	<u>2.028</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014 (Não auditado)
Receita operacional líquida	13	22.015	-
Custos dos serviços prestados	14	<u>(14.145)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>7.870</u>	<u>-</u>
Despesas administrativas e gerais	15	(3.819)	(9)
Outras receitas operacionais		<u>22</u>	<u>-</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>4.073</u>	<u>(9)</u>
Receitas financeiras	16	556	16
Despesas financeiras	16	<u>(650)</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(94)</u>	<u>16</u>
Lucro antes dos impostos		<u>3.979</u>	<u>7</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>(1.746)</u>	<u>(4)</u>
Lucro líquido do exercício / período		<u><u>2.233</u></u>	<u><u>3</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício / período	<u>2.233</u>	<u>3</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>2.233</u></u>	<u><u>3</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 06 de outubro de 2014 - data da constituição (não auditado)	-	-	-	-	-
Integralização de capital	2.019	-	-	-	2.019
Lucro líquido do período	-	-	-	3	3
Destinações:					
Reserva de lucros	-	-	3	(3)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	<u>2.019</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>2.022</u>
Aumento de capital social	522	-	-	-	522
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.233	2.233
Destinações:					
Reserva legal	-	112	-	(112)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(530)	(530)
Reserva de lucros	-	-	1.591	(1.591)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u><u>2.541</u></u>	<u><u>112</u></u>	<u><u>1.594</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>4.247</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014 (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	3.979	7
Ajustes para:		
Amortização	51	-
Juros sobre debêntures	411	-
Juros sobre aplicações financeiras	(382)	(16)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	226	-
	<u>4.286</u>	<u>(9)</u>
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(2.467)	-
Estoques	(262)	-
Adiantamentos a fornecedores	(68)	-
Outros créditos	(68)	(5)
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	1.384	2
Obrigações trabalhistas e sociais	643	-
Obrigações fiscais	168	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(1.141)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais	<u>2.474</u>	<u>(12)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(33.218)	(1.900)
Aquisição de intangível	<u>(11.192)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa usados nas atividades de investimento	<u>(44.410)</u>	<u>(1.900)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Debêntures captadas	41.241	-
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	284	-
Aumento de capital social	522	-
Integralização de capital social	<u>-</u>	<u>2.019</u>
Fluxo de caixa provenientes das atividades de financiamento	<u>42.047</u>	<u>2.019</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>111</u>	<u>107</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	107	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>218</u>	<u>107</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>111</u>	<u>107</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de São Francisco do Sul SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de São Francisco do Sul, Santa Catarina. A Companhia foi constituída em 06 de outubro de 2014, com a denominação de FAR Participações Ltda. Em 25 novembro de 2014 com a alteração dos sócios a razão social foi alterada para Águas de São Francisco do Sul SPE Ltda. Em 03 de julho de 2015, houve a transformação de sociedade limitada para sociedade por ações e alteração da razão social para a atual. A Companhia iniciou efetivamente suas operações em janeiro de 2015 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, obtido mediante participação no processo licitatório nº 056/2014 o qual a Companhia foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta técnica e comercial.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, em caráter de exclusividade, obedecida a legislação vigente e outras disposições outorgados pelo município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, pelo prazo de 35 anos.

A Companhia tem por objeto a operação e gerenciamento de atividades-objeto desta concessão, designada para fins de serviços de abastecimento e fornecimento de água potável e saneamento básico, com cobrança de tarifas, em áreas urbanas mediante permissão ou concessão do serviço público, conforme processo licitatório.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. A controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a maioria das ações que representam o seu capital social.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 25 de janeiro de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa; e
- Nota explicativa nº 8 - definição de vida útil do ativo intangível;

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e/ou períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma estariam classificados como disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures, fornecedores e empreiteiros, conta corrente partes relacionadas e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

(iv) Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

b. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques de material de consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

c. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “m”.
- Intangível em andamento

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis a construção de infraestrutura e inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar esse ativo em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados das debêntures.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro da Companhia não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é avaliada a cada data de apresentação das demonstrações financeiras em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2015 com relação a este assunto.

h. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

i. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

j. Receita operacional

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão de serviços de administração que está baseada no IFRIC 12 e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) Serviços de abastecimento de água

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) Outros serviços indiretos de água

A receita de outros serviços indiretos de água refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem essencialmente despesas com juros e encargos sobre empréstimos. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplica-se a alíquota de 32% e soma-se a receita financeira para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração de infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pelo prazo da concessão.

n. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de Concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização)* (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

p. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2015	2014 (Não auditado)
Bancos conta movimento	218	107
	<u>218</u>	<u>107</u>

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2015	2014 (Não auditado)
CDB - Pós fixado	98,1% a 107% de CDI	Novembro/2017	35.516	1.916
			<u>35.516</u>	<u>1.916</u>

As aplicações pós-fixadas, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 18 - Instrumentos Financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2015
Serviços de faturamento de água	2.467
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(226)</u>
	<u>2.241</u>
Circulante	2.238
Não circulante	3

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos			Total 2015
		Até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	
Residencial	830	779	137	916	1.746
Comercial	102	85	11	96	198
Industrial	339	6	4	10	349
Setor público	<u>28</u>	<u>39</u>	<u>5</u>	<u>44</u>	<u>72</u>
Subtotal consumidores	1.299	909	157	1.066	2.365
Renegociações	102				<u>102</u>
Saldo total					<u>2.467</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

	2015
Residencial	(197)
Comercial	(14)
Industrial	(4)
Setor público	(5)
Parcelamentos	(6)
	<hr/>
	(226)
	<hr/> <hr/>

A Administração tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas conta com a revisão dos hidrômetros, o parcelamento de débitos, a manutenção de um programa de cortes permanente e o combate sistemático às fraudes e ligações clandestinas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

Em 31 de dezembro de 2015 a Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e parcelamentos a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 69.

7 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2015, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 763 registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a maioria das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício findo naquela data, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de prestação de serviço com Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2015
	Passivo
Passivo circulante	
Fornecedores (nota explicativa nº 9)	
Aegee Engenharia e Comércio Ltda. (a)	263
Aegee Saneamento e Participações S.A. (b)	181
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	19
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	21
	484
Passivo não circulante	
Contas correntes a pagar	
Aegee Saneamento e Participações S.A. (c)	284
	284
	768
	2015
Aquisição de ativo intangível no exercício (a)	
Aegee Engenharia e Comércio Ltda.	914
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	11
	925
Resultado do exercício	
Custos dos serviços prestados (a)	
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	159
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	101
	260
Despesas de vendas, administrativas e gerais (a) e (b)	
Aegee Saneamento e Participações S.A.	886
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	42
	928
	1.188

- (a) Refere-se a contratação de serviços associada a obras de ampliação de rede de distribuição de água e rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegee Engenharia e Comércio Ltda., serviços de implementação e manutenção software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda., serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.
- (b) A natureza dos valores resume ao repasse de gastos com prestação de serviços de contabilidade; fiscal/auditoria fiscal; financeiro; recursos humanos; jurídico; auditoria interna; planejamento controle e gestão; e tecnologia da informação.
- (c) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante e referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem remuneração específica e sem prazo de vencimento.

A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 530 no passivo circulante referente a dividendos a pagar a seus acionistas, conforme nota explicativa 12.

8 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Prazo remanescente	Taxa média anual	2015		
				Custo	(-) Amortização	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	35	34	2,9%	522	(4)	518
Instalações técnicas de saneamento	25	25	4,0%	489	(2)	487
Edificações de estações de tratamento	35	34	2,9%	3.614	(8)	3.606
Máquinas e equipamentos	de 05 a 10	de 4 a 10	12,3%	275	(17)	258
Outros componentes	de 03 a 16	de 02 a 16	11,4%	262	(19)	243
				5.162	(50)	5.112
Intangível em andamento						
Intangível em andamento				3.914	-	3.914
Adiantamento a fornecedores				2.102	-	2.102
				6.016	-	6.016
Software						
Licença de uso de software	de 03 a 05	de 02 a 05	20,8%	14	(1)	13
				14	(1)	13
				11.192	(51)	11.141

b. Movimentação do custo

Ativo	2015			
	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de concessão	522	-	-	522
Instalações técnicas de saneamento	-	-	489	489
Edificações de estações de tratamento	-	-	3.614	3.614
Máquinas e equipamentos	275	-	-	275
Outros componentes	262	-	-	262
	1.059	-	4.103	5.162
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	8.017	-	(4.103)	3.914
Adiantamento a fornecedores	2.102	-	-	2.102
	10.119	-	(4.103)	6.016
Software				
Licença de uso de software	14	-	-	14
	14	-	-	14
	11.192	-	-	11.192

c. Movimentação da amortização

Ativo	2015	
	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga / contrato de Concessão	(4)	(4)
Instalações técnicas de saneamento	(2)	(2)
Edificações de estações de tratamento	(8)	(8)
Máquinas e equipamentos	(17)	(17)
Outros componentes	(19)	(19)
	(50)	(50)
Software		
Licença de uso de software	(1)	(1)
	(1)	(1)
	(51)	(51)

O ativo intangível, registrado nas rubricas direito de exploração da infraestrutura e em andamento, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando o menor prazo entre a vida útil do bem e o prazo de concessão.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor.

9 Fornecedores e empreiteiros

	2015	2014 (Não auditado)
Fornecedores de materiais e serviços	902	2
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	484	-
	1.386	2

10 Debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor original	2015
Debêntures TR (ponte)	TR + 11,75% a.a.	Out/2018	41.500	41.652
				41.652
Circulante				880
Não circulante				40.772

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão as maturidades contratuais das debêntures não circulantes:

	2015
2018	<u>40.772</u>

Em 27 de outubro de 2015, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 4.150 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 41.500. Estas debêntures têm vencimento em 05 de fevereiro de 2018, com amortização de principal feita em uma única parcela no vencimento.

A interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. prestou garantia fidejussória.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 728, os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém em suas debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes as debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2015.

11 Obrigações trabalhistas e sociais

	2015
Salários e ordenados	31
Participação nos lucros	369
Provisão de férias	121
Encargos sociais	<u>122</u>
Total	<u>643</u>

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 06 de outubro de 2014 a Companhia foi constituída com capital inicial de R\$ 1 integralizada pela sócia Aegea Saneamento e Participações S.A. representada por 1.000 cotas com valor unitário de R\$ 1,00 cada.

Em 01 de dezembro de 2014 a sócia Aegea Saneamento e Participações S.A. e a sócia ingressante Equipav Engenharia Ltda. aumentaram o capital da Companhia em R\$ 1.413 e R\$ 605 respectivamente, totalizando o valor de R\$ 2.019 dividido em 2.019.330 cotas com valor unitário de R\$ 1,00 cada.

Em 03 de julho de 2015 com a transformação da Companhia de limitada por sociedade por ações de capital fechado as cotas foram convertidas em 2.019.330 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 25 de setembro de 2015, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e a acionista Equipav Engenharia Ltda., concedem crédito de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), no montante de R\$ 365 e R\$ 157, respectivamente, a ser integralizado em até 180 dias.

Em 30 de dezembro de 2015, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e a acionista Equipav Engenharia Ltda., aumentaram o capital social da Companhia através da capitalização dos créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), nos valores de R\$ 365 e R\$ 157, respectivamente, totalizando R\$ 2.541 de capital social representado por 2.541.330 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2015	2014
Aegea Saneamento e Participações S.A.	70,00%	70,00%
Equipav Engenharia Ltda.	30,00%	30,00%
Total	100,00%	100,00%

b. Reserva Legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará a disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

d. Dividendos a pagar

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2015 foram atendidos conforme demonstrado no quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	2.233
(-) Constituição da reserva legal	(112)
Lucro líquido ajustado	2.121
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	530

13 Receita operacional líquida

	2015
Receita de prestação de serviços	
Serviços de abastecimento de água	14.654
Outros serviços indiretos de água	457
Receitas de construção	<u>8.017</u>
	<u>23.128</u>
Deduções da receita bruta	
Impostos sobre serviços e cancelamentos	<u>(1.113)</u>
Total da receita operacional líquida	<u><u>22.015</u></u>

Custos dos serviços prestados

	2015
Pessoal	(2.058)
Conservação e manutenção	(311)
Serviços de terceiros	(828)
Materiais, equipamentos e veículos	(349)
Amortização	(51)
Custo de construção	(8.017)
Energia elétrica	(1.404)
Produtos químicos	(333)
Locação	(366)
Outros	<u>(428)</u>
	<u><u>(14.145)</u></u>

14 Despesas administrativas e gerais

	2015	2014 (Não auditado)
Pessoal	(1.082)	-
Conservação e manutenção	(142)	-
Serviços de terceiros	(1.362)	(2)
Materiais, equipamentos e veículos	(77)	(4)
Energia elétrica	(9)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(226)	-
Seguros	(225)	-
Viagens e estadias	(82)	-
Impostos, taxas e contribuições	(37)	-
Locação	(69)	-
Publicidade e Propaganda	(432)	-
Outras	<u>(76)</u>	<u>(3)</u>
	<u><u>(3.819)</u></u>	<u><u>(9)</u></u>

15 Despesas financeiras líquidas

	2015	2014 (Não auditado)
Rendimentos de aplicações financeiras	382	16
Juros e multa por atraso no pagamento da fatura	174	-
Receitas financeiras	556	16
Juros sobre debêntures	(411)	-
Juros sobre atraso em pagamentos	(20)	-
Despesas e comissões bancárias	(218)	-
Ajuste a valor presente	(1)	-
Despesas financeiras	(650)	-
Despesas financeiras líquidas	(94)	16

16 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

As bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social foram apuradas mediante a aplicação do percentual de 32% sobre a receita bruta, acrescida da receita financeira, segundo as regras de apuração pelo regime de Lucro Presumido adotado pela Companhia.

O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social a 9%, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2015	2014 (Não auditado)
Receita operacional bruta	14.528	-
Alíquota de presunção	32%	32%
Base de cálculo pela alíquota presumida	4.649	-
Demais receitas	556	16
Base de cálculo ajustada - lucro presumido	5.205	16
Alíquota fiscal combinada	34%	24%
Imposto apurado	1.770	4
Ajuste do adicional de 10%	(24)	-
Total imposto de renda e contribuição social apurado	1.746	4

17 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes do cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2015	2014 (Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	218	107
Aplicações financeiras	35.516	1.916
Contas a receber de clientes	2.241	-
Outros créditos	73	5
Total	<u>38.048</u>	<u>2.028</u>

Garantias

Não há garantias financeiras fornecidas pela Companhia, além daquelas citadas na nota explicativa nº 10.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Fluxo financeiro - 2015		
	Até 1 ano	Superiores há 1 ano	
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	218	218	-
Aplicações financeiras	35.516	35.516	-
Contas receber de clientes	2.241	2.238	3
Outros créditos	73	73	-
Total	38.048	38.045	3
Passivos			
Fornecedores e empreiteiros	1.386	1.386	-
Debêntures	59.517	5.417	54.100
Total	60.903	6.803	54.100
Fluxo financeiro - 2014 - (Não auditado)			
		Até 1 ano	
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa		107	107
Aplicações financeiras		1.916	1.916
Outros créditos		5	5
Total		2.028	2.028
Passivos			
Fornecedores e empreiteiros		2	2
Total		2	2

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e em debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil
	2015
Instrumentos de taxa variável	
<i>Ativos financeiros</i>	
Aplicações financeiras	35.516
	35.516
Instrumentos de taxa variável	
<i>Passivos financeiros</i>	
Debêntures	41.652
	41.652
	Valor Contábil
	2014
	(Não auditado)
Instrumentos de taxa variável	
<i>Ativos financeiros</i>	
Aplicações financeiras	1.916
	1.916

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2015	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV - 25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	35.516	Variação do CDI	13,24%	4.702	5.878	7.053	3.527	2.351
2 - Passivos financeiros								
Debêntures	(41.652)	Variação da TR	1,25%	(521)	(651)	(782)	(391)	(261)
1 + 2		Efeito		4.181	5.227	6.271	3.136	2.090

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2014	Cenários					
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV - 25%	V -50%	
1 - Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	1.916	Variação do CDI	10,81%	207	259	311	155	104	
		Efeito		207	259	311	155	104	

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é o de administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informações integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2015
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	218	-	218
Aplicações financeiras	5	35.516	-	-	35.516
Contas a receber de clientes	6	-	2.241	-	2.241
Outros créditos		-	73	-	73
Total		35.516	2.532	-	38.048
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	9	-	-	1.386	1.386
Debêntures	10	-	-	41.652	41.652
Total		-	-	43.038	43.038

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2014
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	107	-	107
Aplicações financeiras	5	1.916	-	-	1.916
Outros créditos		-	5	-	5
Total		<u>1.916</u>	<u>112</u>	<u>-</u>	<u>2.028</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	9	-	-	2	2
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>2</u>

Valor justo

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2015.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos é demonstrado abaixo:

	<u>2015</u>	
	Valor contábil	Valor justo
Passivos		
Debêntures	<u>41.652</u>	<u>56.151</u>

O valor justo de debêntures foi calculado projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras e valor justo das debêntures são classificadas na categoria nível 2.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

18 Compromissos vinculados a contratos de concessão

O Contrato de Concessão firmado em dezembro de 2014 prevê as principais metas específicas: (i) cobertura da rede de distribuição de 88% de água potável até 2015, 93% até 2016, 95% até 2027 e atingir o índice de 100% até o final da concessão, (ii) cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotos de 7% até final de 2015, 82% até 2027, 85% até 2031, devendo manter esse índice até o final da concessão.

Todos os compromissos e investimentos contratuais assumidos pela Companhia foram cumpridos até 31 de dezembro de 2015 mas não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

* * *

Ricardo Miranda Barcia Filho
Diretor Presidente

Radamés Andrade Casseb
Diretor Executivo

Percival Gratti Junior
Contador
CRC 1SP239268/O-9